

## Coluna do Castello

Bons sintomas  
na economia *Brasil*

As atribuições políticas do governo resultantes das dificuldades para aprovação de emendas e projetos de lei em curso no Congresso não afetam o trabalho da equipe econômico-financeira nem desestimulam as expectativas de uma normalização gradual e segura da economia do país. O ministro Dílson Funaro está satisfeito com a recuperação da plena operacionalidade da indústria — na qual poucos setores dispõem ainda de capacidade ociosa — e registra os primeiros indícios de que os empresários, acionados pela resposta positiva do mercado, retomam seus planos de investimento, indispensáveis à saúde da economia.

A intervenção do Banco Central em três bancos privados realizada com base num decreto-lei, o primeiro a que recorre o atual Governo, que evita o descompasso entre a correção monetária do ativo e a rigidez do passivo, foi tomada por iniciativa do ministro Funaro mas com plena adesão do Banco Central e dos ministros do Planejamento e da Indústria e do Comércio. Assessoria especial foi dada, na elaboração do projeto, pelo advogado Saulo Ramos, um colaborador informal do Presidente da República.

Entende-se no Governo que se pôs fim a uma distorção que tornava inócuas, senão contraproducentes, as intervenções tradicionais do Banco Central nas empresas financeiras malgeridas, e abriu caminho para uma fiscalização mais rigorosa e eficaz do sistema bancário. No mesmo dia foram adotadas outras medidas do setor, notadamente a referente à comercialização do açúcar, que reuniram os diversos setores de decisão da gestão econômico-financeira.

Quanto à retomada dos investimentos, que ocorrerá num ritmo mais lento, não pode ainda ser acompanhada pelos investimentos estatais, dada a total ausência de recursos do Governo para novos investimentos e a necessidade de compor-se com os esquemas de pagamento da dívida externa, os quais exigem uma drástica eliminação de gastos que não se assentem em disponibilidades reais de recursos. O Governo considera, no entanto, que a revitalização do setor privado se reflete na prática eliminação do desemprego nas áreas mais dinâmicas da economia, como São Paulo.

Pretende o Governo realizar reuniões periódicas para exame da economia nacional nos seus aspectos fundamentais, mediante reuniões sistemáticas da equipe diretamente vinculada a problemas tais como energia, produção e comercialização do aço, opções de produção agrícola etc. Os ministros que deverão ser envolvidos nessas reuniões seriam notadamente os Srs Dílson Funaro, da Fazenda, João Sayad, do Planejamento, Roberto Gusmão, da Indústria e do Comércio, Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e Pedro Simon, da Agricultura, com audiência setorial de outros membros do Governo, como por exemplo o Sr Pazzianotto.

Há uma certa inquietação na cúpula governamental com o ritmo lento do estudo da desestatização, a cargo do ministro João Sayad, o que leva algumas fontes a admitir que o assessor Luís Paulo Rosemberg seja convocado a entrar no assunto a fim de acelerar o ritmo de trabalho do planejamento, normalmente pouco dinâmico. Setores governamentais entendem que a desestatização de parte da economia incentivará a retomada do crescimento da produção e aliviará o Governo de encargos difíceis.

Quanto aos problemas da indústria e do comércio, o ministro Gusmão, que trabalha em íntima vinculação com o ministro Dílson Funaro, está esperançoso de poder apresentar em pouco tempo o novo IBC, para cuja formulação tem contado com a ativa colaboração do embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, presidente do órgão. Também nos setores do açúcar e do turismo seu ministério retomaria o indispensável dinamismo, havendo diversas medidas em estudo e registrando-se já uma melhoria da capacidade operacional do IAA. O comércio de minério de ferro com o pacífico é uma meta em expansão.

Os ministros da área econômica, entre os quais há alguns que pensam em se desincompatibilizar para participar da eleição de 1986, não parecem preocupados com a data a ser definida pelo Congresso e pelo Presidente da República para renovação da equipe. Todos continuarão a trabalhar até que lhes seja dada a oportunidade de fazer uma opção ou de aceitar a decisão do presidente quanto à permanência ou não de alguns deles no ministério. Certeza de que continuará no Governo só a tem o ministro Dílson Funaro, mas outros membros da equipe examinarão a hipótese de permanecer, se o presidente não colocar, como o preconiza o ministro José Hugo Castello Branco, o apelo à demissão coletiva. Nesse caso poucos restariam no Governo e o novo ministério apresentaria uma face nova, restando aos que deixarem a função a opção de disputar ou não cargos eletivos no próximo ano.

O setor considerado mais frágil do Governo é o setor político, o qual não deverá apresentar saldo de sobrevivência na reforma ministerial a realizar-se já agora em função das decisões políticas em curso dentro dos partidos e do Congresso. No Planalto não se leva em consideração a manobra de redução do mandato presidencial, dada a certeza de que o chefe do governo dispõe de apoio parlamentar adequado para sustar qualquer ameaça nesse sentido.

Carlos Castello Branco